

A EVOLUÇÃO DO DIFERENCIAL DE RENDIMENTOS ENTRE NEGROS E BRANCOS NOS SETORES AGRÍCOLA E NÃO AGRÍCOLA NO BRASIL

Josimar Gonçalves de Jesus*

Resumo

Com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o artigo analisa a evolução e os principais determinantes do diferencial de rendimentos entre brancos e negros ocupados nos setores agrícola e não agrícola no Brasil, no período 1995-2013. Os resultados mostram que para as ocupações não agrícolas houve uma redução significativa no diferencial de rendimentos entre os dois grupos de cor. Já na agricultura, a tendência foi de persistência. Constatou-se também que, enquanto no setor não agrícola a diferença entre os níveis de escolaridade média é a causa principal do diferencial de rendimentos entre brancos e negros, na agricultura o diferencial de rendimentos tem como principal determinante a desigual distribuição geográfica dos dois grupos.

Palavras-Chave: diferencial de rendimentos; brancos; negros; setor agrícola; setor não agrícola; decomposição de Oaxaca-Blinder.

Abstract

This paper analyzes the evolution and the main determinants of black-white income differential in Brazil in the agricultural and the non-agricultural sectors, during the period of 1995-2013. Results show that in the non-agricultural sector there was a significant reduction in the income gap between the two groups of color. On the other hand, the gap is quite stable in the agricultural sector. It was observed that for the non-agricultural sector the difference in the average level of education is the main cause of the black-white income differential. In the agricultural sector, black-white income differential is mainly determined by their unequal geographic distribution.

Keywords: income differential; white and black peoples; agricultural sector; non-agricultural sector; Oaxaca Blinder procedure.

* Mestrando em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). E-mail: josimar.jgi@gmail.com. O autor agradece a Rodolfo Hoffmann pela leitura crítica de uma versão preliminar do texto.

1. Introdução

Em termos literários, a despeito das diferentes interpretações acerca do nosso padrão de relações raciais, até pelo menos os anos 1970, a pesquisa especializada compartilhava, de um modo geral, a crença no poder integrador do desenvolvimento econômico (GUIMARÃES, 2004; HOFBAUER, 2006; OSÓRIO, 2008). A ideia de que o desenvolvimento econômico seria capaz de criar oportunidades para todos, fazendo desaparecer a forte correlação entre cor e estrutura socioeconômica, era compartilhada tanto por aqueles que defendiam a inexistência de conflitos raciais no Brasil (Cf. PIERSON, 1945) quanto por aqueles que denunciavam essa ideia como um mito (Cf. FERNANDES, 1965).

No final da década de 1970 tem início uma nova fase das pesquisas acerca das relações raciais no País. Além de brindar a literatura com novas elucubrações teóricas, esses estudos caracterizam-se pelo uso de métodos e técnicas de análise estatística cada vez mais sofisticados nas análises das desigualdades socioeconômicas entre os diferentes grupos de cor. O caldeamento das evidências neles reunidas, a começar pelos trabalhos seminais de Hasenbalg (1979) e Silva (1980), seguidos por Oliveira, Porcaro e Araújo (1985), Silva (1988; 1992; 1999), Andrews (1992), Lovell (1995), Hasenbalg, Silva e Lima (1999), Henriques (2001, 2002), Jaccoud e Beghin (2002), Soares (2000; 2008), Zucchi e Hoffmann (2004), Campante, Crespo e Leite (2004), Osório (2009) e outros, mostram que o desenvolvimento econômico não gerou os frutos esperados, de forma que, no tecido das desigualdades socioeconômicas brasileiras, a importância substantiva do pertencimento racial continua sendo um dos seus aspectos mais marcantes (HENRIQUES, 2001; SOARES, 2008;

JACCOUD, 2008).

Esse legado histórico está nitidamente expresso na estrutura da nossa distribuição de renda. No Brasil, os patamares inferiores da distribuição da renda são compostos predominantemente por negros³⁰, e predominantemente por brancos à medida que transitamos para os níveis mais elevados da distribuição (HENRIQUES, 2001; Soares, 2008). Além do mais, os estudos mostram que entre os pobres os negros auferem rendimento médio menor do que os brancos e entre os ricos os brancos auferem rendimentos maiores do que os negros (HENRIQUES, 2001; OSÓRIO, 2009).

No geral, a variável unidimensional mais utilizada quando se pretende analisar o nível de bem-estar dos indivíduos de uma sociedade é a renda domiciliar *per capita*. Isso se deve, sobretudo, ao fato de o acesso a bens e serviços, i.e., o acesso a quase tudo considerado fonte de bem-estar em sociedades mercantis, depender não apenas da renda individual, mas, principalmente, da renda do grupo familiar a que pertence o indivíduo (ROCHA, 2012; IPEA, 2006).

Embora, a partir do início dos anos 2000, uma tendência positiva venha sendo observada, os estudos que analisaram as relações entre cor e distribuição da renda domiciliar *per capita*, dos mais antigos aos mais recentes³¹, mostram que a renda domiciliar *per capita* média do grupo dos negros não chega à metade da renda média do grupo dos brancos. Osório (2009) constatou que a diferença de nível entre as distribuições da renda dos dois grupos é de tal ordem que, do ponto de vista da renda, a distribuição dos brancos seria sempre apontada como a de maior bem-estar, e.g., independente da linha de pobreza e do

³⁰ Grupo composto de pretos e pardos.

³¹ Ver Oliveira, Porcaro e Araújo (1985), Henriques (2001), Soares, Fontoura e Pinheiro (2007), Soares (2008) e Osório, 2009.

indicador de pobreza empregados, a distribuição dos brancos seria sempre apontada como a de menor pobreza.

Por outro lado, sabe-se também que mais de três quartos da renda domiciliar advém do trabalho (HOFFMANN, 2014). Assim, a principal fonte de desigualdade de renda domiciliar e, em última instância, de bem-estar entre brancos e negros assenta-se na participação desses grupos no mundo do trabalho (SOARES, FONTOURA e PINHEIRO, 2007; OSÓRIO, 2009).³²

Os estudos mostram que grande parte do diferencial de rendimento do trabalho entre brancos e negros advém de etapas que antecedem a entrada no mercado de trabalho. A despeito de diferenças regionais, a diferença entre os níveis de escolaridade dos grupos de cor é apontada como o principal determinante desse diferencial (SILVA, 1980, 1999; LOVELL, 1995; SOARES, 2000; ZUCHI e HOFFMANN, 2004; CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004; OSÓRIO, 2009)³³.

³² Cabe ressaltar que, na terminologia usada pelo IBGE, “rendimento do trabalho” se refere a qualquer atividade exercida pela pessoa (incluindo, por exemplo, os rendimentos de um fazendeiro). Se restringirmos à renda do trabalho de empregados, essa participação fica em 53%, conforme PNAD 2013.

³³ Como esclarece Silva (1999), as trajetórias escolares de crianças e jovens negros são mais acidentadas e curtas do que as dos seus pares brancos e essa desigualdade educacional, explicada sobretudo por fatores relacionados à origem social, mas, que também pode estar associada a processos de discriminação no sistema educacional, irá refletir-se posteriormente em padrões diferenciados de inserção desses grupos de cor na estrutura ocupacional, ocasionando a concentração dos negros em ocupações de baixa remuneração. Contudo, os negros podem estar sujeitos também ao que se denomina na literatura corrente de “discriminação ocupacional”, isto é, quando a avaliação de atributos não produtivos, nesse caso a cor da pele, resulta na exclusão ou no acesso limitado a posições valorizadas no mercado de trabalho (BERNDT, 1991; SILVA, 1999).

Mas também pesam contra os negros sua maior presença nas regiões menos desenvolvidas do País (HASENBALG, 1979; BARROS e MENDONÇA, 1996) e o que se convencionou chamar de “discriminação salarial pura”, isto é, remuneração diferente para negros e brancos com mesmas características pessoais observadas e em postos de trabalho idênticos (SILVA, 1999; BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007; BARROS et al., 2009; SOARES, 2000; CAMPANTE, CRESPO e LEITE, 2004).

Tendo em vista o comportamento diferenciado da evolução recente da desigualdade da distribuição da renda no setor agrícola, sobretudo no que diz respeito a tendência de aumento observada da participação da desigualdade entre regiões na desigualdade total da renda do trabalho na agricultura, conforme assinalado por Hoffmann e Oliveira (2012) e Hoffmann (2014), e o fato de que mais da metade dos indivíduos negros ocupados nesse setor encontram-se nas regiões menos desenvolvidas do País, Norte e Nordeste, os objetivos desse artigo são: apresentar e analisar a evolução do hiato de rendimentos entre brancos e negros nos setores agrícola e não agrícola no Brasil, no período 1995-2013; e, para os anos de 1995, 2003 e 2013, quantificar o quanto do diferencial de rendimento entre os dois grupos de cor, em cada um dos setores, advém de diferenças nas características individuais e quanto pode estar associado à discriminação. Especial atenção é conferida aos papéis da diferença de escolaridade e da desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor na determinação dos diferenciais de rendimento observados. A ferramenta de pesquisa utilizada é a decomposição de Oaxaca-Blinder, comumente empregada nesse tipo de análise.

O artigo está organizado em quatro partes, além desta. A próxima seção

descreve a base de dados utilizada, destacando algumas de suas qualidades e limitações. A terceira seção apresenta a metodologia adotada para analisar o diferencial de rendimentos entre brancos e negros nos setores agrícola e não agrícola. A quarta é reservada para análise e discussão dos resultados. Por fim, são sumarizados os principais resultados alcançados e apresentadas as conclusões.

2. Informações sobre a base de dados

No presente estudo, os dados analisados foram extraídos das edições disponíveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período 1995-2013, divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Seja no que concerne à sua abrangência e periodicidade, seja no que diz respeito à qualidade das informações disponíveis, a PNAD consiste na principal fonte de dados para estudos sobre a geração e a distribuição dos rendimentos no Brasil (ROCHA, 2003).

Por meio de quesitos específicos do seu questionário, a PNAD fornece dados anuais para o mês de setembro relativos a todos os rendimentos de indivíduos de 10 anos e mais³⁴. Como ressalta Rocha (2003), as informações de rendimento da PNAD permitem reconstruir sob diversos aspectos a rede de inter-relações relevantes para a compreensão dos fenômenos socioeconômicos; permitem analisar como o rendimento se relaciona às características

³⁴ Rendimentos do trabalho principal, do trabalho secundário, de outros trabalhos; rendimentos de aposentadorias e pensões oficiais ou não; alugueis e doações recebidos; abono permanência; e outros rendimentos. Da renda total captada pela PNAD, os rendimentos provenientes do trabalho - tendo como fonte geradora qualquer tipo de ocupação e em qualquer posição na ocupação, tanto no setor formal quanto no setor informal - correspondem a maior parcela, cerca três quartos (HOFFMANN, 2014).

dos indivíduos e das famílias e como o rendimento de indivíduos e famílias com diferentes características é afetado pela conjuntura econômica ou pelas mudanças estruturais do aparelho produtivo.

Além disso, viabilizam estudos sobre o nível e a evolução da pobreza no País, e também possibilitam caracterizar a distribuição dos diferentes tipos de rendimento entre indivíduos, famílias ou outras categorias de análise, facilitando a compreensão dos processos responsáveis pela melhoria ou agravamento da distribuição desses rendimentos ao longo do tempo. A consolidação da forma de investigação adotada, que permaneceu praticamente imutável desde 1992, faz com que as informações de rendimento da PNAD permitam realizar com segurança comparações intertemporais, uma vez deflacionadas (ROCHA, 2003).

Contudo, e a PNAD não é exceção, no que diz respeito à captação adequada de informações sobre renda, as pesquisas domiciliares esbarram em certas dificuldades. A mais comum se deve ao fato de que mesmo com a garantia da finalidade estatística e sigilo das informações as pessoas podem não se sentir à vontade para declarar de maneira fidedigna seus rendimentos ao entrevistador (OSÓRIO, 2009).

É sabido que o grau de subestimação é tanto maior quanto mais elevado o rendimento, mas este varia também conforme a natureza do rendimento (ROCHA, 2003). No que diz respeito ao grau de subestimação do rendimento do trabalho, é sabido que este é menor para rendimentos do trabalho formal, e aumenta consideravelmente quando se trata de rendimentos do trabalho informal. Quanto aos rendimentos provenientes de outras fontes, a captação adequada se faz mais fácil para aqueles “oficializados”, como pensões e aposentadorias, sendo substancialmente

mais difícil para outros tipos, como rendas de aluguéis e rendimentos financeiros³⁵ (ROCHA, 2003).

Além de problemas de não-resposta e, para as informações fornecidas, problemas de subestimação intencional por parte do entrevistado, existem ainda outros problemas associados à captação da renda pela PNAD, como a adoção de um mês de referência quando se deseja a captação do rendimento anual, a não captação explícita de transferências de renda de caráter assistencial (ROCHA, 2003) e a ausência de informações sobre o valor da produção para autoconsumo, que pode ser parte significativa da renda real dos pequenos agricultores (CORRÊA, 1998; NEY e HOFFMANN, 2003; BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2006). Em que pesem as limitações, as informações de renda da PNAD são consideradas de excelente qualidade, tanto por aqueles que a usam quanto por aqueles que a estudam para melhorá-la (OSÓRIO, 2009).

Para as estimativas apresentadas neste estudo foi considerado o universo de indivíduos brancos e negros ocupados com 10 anos ou mais de idade e com rendimento de todos os trabalhos com valor positivo.³⁶ Todas as estimativas foram feitas ponderando-se cada observação pelo respectivo fator de expansão fornecido pelo IBGE. Ademais, foram excluídos da amostra os indivíduos sem declaração do número de

³⁵ “No caso dos rendimentos de capital, combinam-se os dois fenômenos, isto é, a intenção do informante de sonegar a informação e o seu desconhecimento preciso da informação a ser prestada, resultando em subestimação mais acentuada do valor pesquisado.” (ROCHA, 2013, p. 208).

³⁶ O IBGE classifica como ocupadas as pessoas que na semana de referência da pesquisa tinham trabalhado durante todo ou parte desse período. O IBGE considera, ainda, como ocupadas pessoas que na semana de referência da pesquisa não exerceram trabalho remunerado por motivo de férias, licença, greve etc.

anos de estudos; os de idade ignorada; os que não souberam declarar sua ocupação ou cuja resposta foi mal definida; os que não declararam o número de horas trabalhadas na semana de referência em todos os trabalhos e os que declararam ter trabalhado na semana de referência em todos os trabalhos 14 horas ou menos ou mais de 98 horas; e aqueles cujo ramos de atividade no qual estavam inseridos foi mal definido. Como até 2003 a Pnad não cobria a área rural da antiga região Norte, a fim de manter a comparabilidade ao longo do tempo, das PNADs de 2004 a 2013 foram desconsiderados os dados referentes à área rural da antiga região Norte.

Por fim, cabe ressaltar que todos os valores de rendimento apresentados neste trabalho estão expressos em reais (R\$) de set./out. de 2013. O deflator utilizado para atualizar os valores anteriores a essa data foi o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) divulgado pelo IBGE e disponível no site www.ibge.gov.br.

3. O método de decomposição de Oaxaca-Blinder

Para analisar o diferencial de rendimento médio do trabalho entre brancos e negros, nos setores agrícola e não agrícola, foi adotado o procedimento proposto por Oaxaca (1973) e Blinder (1973), extraída de Berndt (1991).

A ideia básica é, primeiramente, estimar separadamente equações de rendimento para brancos (B) e para negros (N), conforme o modelo a seguir:

$$\mathbf{y}_g = \mathbf{X}_g \boldsymbol{\beta}_g + \boldsymbol{\varepsilon}_g, \quad g \in \{B, N\} \quad (1)$$

onde \mathbf{y}_g é um vetor coluna com os valores do logaritmo natural dos rendimentos trabalho dos indivíduos do grupo g . \mathbf{X}_g é

uma matriz com as características observadas dos indivíduos do grupo g (escolaridade, experiência, sexo, posição na ocupação, região de residência etc.), incluindo um termo constante. β_g é um vetor coluna com os parâmetros a serem estimados, associados às características dos indivíduos do grupo g . ϵ_g é um vetor coluna de erros aleatórios heterocedásticos com as propriedades usuais.

Se b_N e b_B , respectivamente, as estimativas de β_N e β_B , temos que as estimativas dos vetores \bar{Y}_N e \bar{Y}_B serão, nessa ordem:

$$\hat{y}_N = X_N b_B \quad \text{e} \quad \hat{y}_B = X_B b_B \quad (2)$$

Ou, considerando essas equações no ponto médio das variáveis:

$$\bar{Y}_N = \bar{x}'_N b_N \quad \text{e} \quad \bar{Y}_B = \bar{x}'_B b_B \quad (3)$$

onde \bar{Y}_N e \bar{Y}_B são, respectivamente, as médias aritméticas do logaritmo dos rendimentos do trabalho dos indivíduos que compõem o grupo dos negros e o grupo dos brancos e \bar{x}'_N e \bar{x}'_B são vetores linha com as médias aritméticas das características observadas dos indivíduos dos respectivos grupos de cor. Pode-se facilmente demonstrar que a média aritmética do logaritmo dos rendimentos é igual ao logaritmo da média geométrica dos rendimentos e, portanto, que \bar{Y}_N e \bar{Y}_B são os logaritmos da média geométrica dos rendimentos dos grupos dos negro e do grupo dos brancos, respectivamente.

O passo seguinte consiste em subtrair uma equação da outra de forma a obter a diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho dos dois grupos cor. Fazendo isso obtemos:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = \bar{x}'_N b_N - \bar{x}'_B b_B \quad (4)$$

Definindo $\Delta b = b_N - b_B$ como a diferença entre os vetores dos coeficientes estimados para brancos e para negros, segue-se que $b_B = b_N - \Delta b$. Se $b_N = b_B + \Delta b$ substituirmos, nessa ordem, uma de cada vez, essas igualdades na eq. (4) e desenvolvermos as expressões resultantes, chegaremos às seguintes relações:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{x}'_N - \bar{x}'_B) b_N + \bar{x}'_B (b_N - b_B) \quad (5)$$

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{x}'_N - \bar{x}'_B) b_B + \bar{x}'_N (b_N - b_B) \quad (6)$$

As expressões (5) e (6) são igualmente aceitáveis, diferindo apenas no que diz respeito aos pesos utilizados. A escolha entre utilizar uma ou outra nos remete a um problema clássico de número-índice envolvendo a decisão sobre quais pesos empregar. Fugindo de ter que fazer uma escolha arbitrária entre as duas, ou, empregar ambas separadamente, optamos por utilizar a média aritmética das duas equações, como se segue:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{x}'_N - \bar{x}'_B) \frac{1}{2} (b_N + b_B) + \frac{1}{2} (\bar{x}'_N + \bar{x}'_B) (b_N - b_B) \quad (7)$$

Definindo $\frac{1}{2} (b_N + b_B) = b$ e,

$$\frac{1}{2}(\bar{\mathbf{x}}'_N + \bar{\mathbf{x}}'_B) = \bar{\mathbf{x}}' \quad \text{temos que:}$$

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = (\bar{\mathbf{x}}'_N - \bar{\mathbf{x}}'_B)\mathbf{b} + \bar{\mathbf{x}}'(\mathbf{b}_N - \mathbf{b}_B) \quad (8)$$

A expressão acima mostra que a diferença entre os logaritmos da média geométrica dos rendimentos auferidos por negros e por brancos no mercado de trabalho (*efeito total*) pode ser decomposta em duas parcelas. O primeiro termo do lado direito da eq. (8) representa a parcela dessa diferença que é explicada por diferenças nas médias das características das mãos-de-obra negra e branca (*efeito de médias*). Neste sentido, o papel desempenhado pelo mercado de trabalho seria apenas o de revelador de desigualdades pré-existentes. Já o segundo termo quantifica a parcela do efeito total que resulta da diferença nos efeitos que as características produtivas têm sobre a remuneração, ou seja, da diferença nos coeficientes estimados para os dois grupos, tanto do intercepto quanto da declividade da função (*efeito de parâmetros*). Esse termo é usualmente interpretado como uma medida de discriminação racial no mercado de trabalho. O argumento por trás da ideia é simples: na ausência de discriminação os coeficientes estimados deveriam ser os mesmos para os dois grupos. Contudo, cabe enfatizar que essa parcela da decomposição também engloba todos os efeitos que não são diretamente capturados pelo modelo, por não estarem incluídos na sua especificação. Em muitos estudos, a interpretação mais simplificadora do argumento não enfatiza tal limitação do método, atribuindo à discriminação no mercado de trabalho efeitos que podem estar associados a outros fatores não controlados. Na última seção retomaremos essa discussão.

As equações de rendimentos para

negros e para brancos, nos setores agrícola e não agrícola, foram ajustadas pelo método de Mínimos Quadrados Ponderados, usando, como fator de ponderação, o fator de expansão associado a cada pessoa da amostra divulgado pelo IBGE junto com os dados das PNADs. O logaritmo do rendimento de todos os trabalhos é a variável dependente do modelo. As variáveis explanatórias, por sua vez, serão, em grande parte, variáveis binárias que assumem o valor 1 se o indivíduo pertence a determinado grupo e zero caso contrário.

São consideradas as seguintes variáveis explanatórias:

- 1) *sexo*: Uma variável binária para distinguir o sexo do indivíduo: assume valor 1 para mulher e 0 para homem;
- 2) *esc1*: A escolaridade do indivíduo, variando de 0 (no caso de pessoas sem instrução ou com menos de um ano de estudo) a 14 (no caso de trabalhadores com 14 anos de estudo) e 17 para pessoas com 15 ou mais anos de estudos;
- 3) *esc2*: Assumindo que o efeito da educação sobre o rendimento se torna mais intenso depois de determinado nível de escolaridade, utiliza-se uma variável binária (z_1) para captar essa mudança de efeito da educação sobre o rendimento. A variável binária assume valor 0 para quem possui escolaridade menor ou igual a 10 anos e 1 para aqueles com escolaridade maior do que 10 anos. Assim, além da própria escolaridade da pessoa (*esc1*), inclui-se no modelo a variável $esc2 = z_1(esc1 - 10)$. Se os coeficientes dessas duas variáveis forem β_{esc1} e β_{esc2} , respectivamente, então β_{esc1} representa o efeito de ano adicional de escolaridade até os 10 anos e, a

partir desse ponto, o efeito da escolaridade passa a ser $\beta_{esc1} + \beta_{esc2}$. O modelo pressupõe que a relação entre o rendimento e a escolaridade da pessoa tem a forma de uma poligonal com vértice no ponto de abscissa igual a 10.

- 4) *idade*: A idade declarada do indivíduo. Para evitar que os coeficientes sejam muito pequenos optou-se por medi-la em dezenas de anos;
- 5) *idade²*: O quadrado da variável anterior. O logaritmo do rendimento não varia linearmente com a idade. A partir de certa idade, à medida que os indivíduos envelhecem tende a ocorrer queda da sua produtividade;
- 6) *ln(hotr)*: O logaritmo neperiano do número de horas semanais de trabalho. O coeficiente dessa variável é a elasticidade do rendimento do trabalho em relação ao tempo semanal de trabalho.
- 7) *condfam*: Uma variável binária para distinguir a condição do indivíduo na família: assume valor 1 para pessoa de referência do domicílio e 0 para outra condição;
- 8) *sitdom*: Uma variável binária para distinguir a situação do domicílio: assume valor 1 para rural e 0 para urbano;
- 9) *posocup*: Duas variáveis binária para distinguir três categorias de posição na ocupação: empregado (tomado como base)³⁷, conta própria e empregador;
- 10) *região*: Cinco variáveis binárias para distinguir seis grandes regiões: Nordeste (tomado como base), Norte, Centro-Oeste, Sudeste exclusive São Paulo (MG, ES, RJ),

³⁷ Militares e funcionários públicos estatutários foram incluídos na categoria dos empregados.

São Paulo e Sul.

4. Resultados e discussão

4.1 A evolução do rendimento relativo dos negros nos setores agrícola e não agrícola no Brasil (1995-2013)

A tabela 1 mostra como evoluíram as médias geométricas e a razão entre as médias geométricas dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos (N/B), no período 1995-2013, no Brasil, segundo setor de atividade.

Embora em ambos os setores a desigualdade observada ainda seja substancial e inaceitável, pode-se constatar que, comparado ao observado na agricultura, no setor não agrícola houve uma redução significativa no diferencial de rendimentos entre brancos e negros. Se adotarmos como indicador a razão entre as médias geométricas dos rendimentos do trabalho de negros e brancos, temos que, em 1995, no setor não agrícola os negros recebiam, em média, 57% do rendimento auferido pelos brancos. O valor desse indicador mantém-se praticamente inalterado até 1998 e, a partir desse ano, assume tendência crescente, alcançando 68,8% em 2011, patamar próximo ao qual mantém-se nos dois anos subsequentes. Já na agricultura, os valores oscilaram um pouco mais e a tendência observada foi de persistência da desigualdade de rendimentos entre os dois grupos de cor. Em relação a 1995, o rendimento relativo dos negros na agricultura aumentou apenas 1,5 pontos percentuais, passando de 57,9% naquele ano para 59,4% em 2013.

Um dos fatores que deve estar associado a esse comportamento observado na agricultura é a evolução da desigualdade da distribuição da renda do trabalho neste setor, sobretudo, no que diz respeito ao aumento da participação da desigualdade entre regiões na desigualdade total.

Conforme assinalado por Hoffmann e Oliveira (2012) e Hoffmann (2014) e pode ser observado na figura 1, a evolução da desigualdade da distribuição da renda no setor agrícola difere substancialmente daquela do setor não-agrícola. As medidas de desigualdade adotadas, os índices T e L de Theil, mostram que no período 1995-2013, para as ocupações não agrícolas, houve uma redução contínua e substancial da desigualdade da distribuição do rendimento de todos os trabalhos. Já quando se considera apenas o setor agrícola, os índices oscilam mais e observa-se crescimento da desigualdade de 1999 a 2013.

Associado a esse processo, a figura 2 mostra que, para as medidas T e L, a participação da desigualdade entre 6 regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, SP, ES+MG+RJ e Sul) na desigualdade da distribuição da renda do trabalho por pessoa ocupada tende a decrescer a partir de 1997 quando se considera o setor não agrícola. Mas quando se considera o setor agrícola a participação percentual da desigualdade entre regiões na desigualdade global tende a crescer (Cf. HOFFMANN, 2014).

Dada a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor (ver tabela 4), com os negros mais concentrados nas regiões menos desenvolvidas do País, onde a remuneração do trabalho é menor, e os brancos mais concentrados nas regiões mais desenvolvidas, auferindo rendimentos maiores, é esperado que o aumento da desigualdade entre as regiões explique, pelo menos em parte, o comportamento observado da evolução do diferencial de rendimentos entre brancos e negros ocupados na agricultura.

4.2 Características da mão-de-obra

As tabelas 2 e 3 apresentam as médias de idade, de anos de estudo e do

número de horas semanais trabalhadas de brancos e de negros, nos setores agrícola e não agrícola, para os anos de 1995, 2003 e 2013.

Verifica-se, em ambos os setores, que a idade média da mão-de-obra negra é um pouco menor do que a idade média da mão-de-obra branca e que entre 1995 e 2013 houve um aumento na idade média dos dois grupos. No setor agrícola a idade média da mão-de-obra negra passou de 38,24 para 41,83 anos e a do grupo dos brancos de 39,85 para 44,66 anos. No setor não agrícola, as médias de idade dos brancos e dos negros passaram de, respectivamente, 33,3 e 34,8 para 37,4 e 38,1 anos. Nota-se também que entre 1995 e 2013 houve uma redução no número médio de horas semanais trabalhadas por brancos e por negros nas atividades agrícola e não agrícola, tendo sido a redução mais substancial na agricultura.

Em que pese os aumentos observados nos níveis de escolaridade média dos dois grupos de cor, constata-se que em ambos os setores a escolaridade média dos negros é menor do que a dos brancos e que praticamente não houve redução dessa diferença no período analisado. Entre 1995 e 2013, no setor agrícola, a média de escolaridade dos negros passou de 1,65 para 4,1 anos de estudos e a média de escolaridade dos brancos de 3,3 para 5,7 anos de estudo, ou seja, a diferença entre os níveis de escolaridade média dos dois grupos permaneceu praticamente a mesma, cerca de 1,6 anos de estudo em favor dos brancos. No setor não agrícola o comportamento não foi diferente, apenas a diferença se mostrou maior, cerca de 2,3 anos de estudo em favor dos brancos: em 1995, negros e brancos detinham, em média, respectivamente, 5,65 e 7,9 anos de estudos; em 2013, 8,4 e 10,7 anos de estudos.

Também para os anos de 1995, 2003 e 2013, as tabelas 4 e 5 apresentam, em

categorias de diversas variáveis, a distribuição dos indivíduos negros e brancos, nos setores agrícola e não agrícola. Comentaremos de forma breve alguns resultados, tomando como referência o ano de 2013.

Os dados mostram que na agricultura as mãos-de-obra negra e branca são compostas majoritariamente por indivíduos do sexo masculino, cerca de 88% em 2013. Já no setor não agrícola, a participação das mulheres na composição da força de trabalho de ambos os grupos mais é expressiva, correspondendo, em 2013, a cerca de 42% dos indivíduos negros e 46% dos indivíduos brancos.

Nota-se também que a maioria dos indivíduos ocupados na agricultura residem na área rural e se classificam como sendo a pessoa de referência do domicílio. Para as ocupações não agrícolas cerca da metade dos indivíduos de ambos os grupos responderam como sendo a pessoa de referência do domicílio e mais de 90% dos indivíduos residem na área urbana.

Quanto a ocupação exercida por esses indivíduos, começando pelo setor agrícola, constata-se que entre os negros a proporção de empregados (com e sem carteira de trabalho assinada) é maior do que a proporção de trabalhadores por conta própria, ao passo que entre os brancos ocorre o contrário, a proporção de trabalhadores por conta própria é maior do que a proporção de pessoas empregadas. De forma majoritária, no setor não agrícola, brancos e negros ocupam a posição de empregado (com e sem carteira de trabalho assinada), 78,21% e 76,83%, respectivamente, em 2013. Observa-se também, em ambos os setores, que a participação relativa de empregadores é maior para o grupo dos brancos.

Considerando a divisão do Brasil em seis grandes regiões, observa-se que, em ambos os setores, os negros encontram-se

concentrados principalmente no Nordeste. Em 2013, 50,9% dos negros ocupados no setor agrícola e 31,4% dos negros ocupados no setor não agrícola residiam na região Nordeste. Quanto aos indivíduos brancos ocupados na agricultura, estes se encontram principalmente na região Sul, 32,4% em 2013. Já nas ocupações não agrícolas, estes se encontravam principalmente no estado de São Paulo, 32,2% em 2013.

4.3 Análise de regressão

As estimativas das equações de rendimento para os dois grupos de cor, nos dois setores de atividade, estão nas tabelas 6 e 7. Novamente, analisaremos os resultados apenas para o ano de 2013.

Os coeficientes do sexo feminino indicam que no setor agrícola, em 2013, o rendimento esperado das mulheres negras e brancas era, respectivamente, 25,1% e 17,8% menor do que o rendimento esperado dos homens dos respectivos grupos de cor. Nas ocupações não agrícolas, em comparação ao rendimento esperado dos homens dos respectivos grupos, o rendimento esperado das mulheres negras e brancas era, respectivamente, 29,5% e 28,2% menor.

Os coeficientes relativos à idade mostram que o logaritmo dos rendimentos varia em função da idade conforme um arco de parábola côncavo. Com base nas estimativas referentes ao ano de 2013 verifica-se que no setor agrícola os rendimentos esperados crescem até os 57 anos para os negros e até 49,35 anos para os brancos e, então, passam a decrescer. No setor não agrícola o rendimento esperado dos negros alcança o máximo aos 50,9 anos de idade e o dos brancos para 53,9 anos de idade.

Os coeficientes das duas variáveis associadas à escolaridade permitem calcular, para os dois grupos de cor e em cada um dos

setores de atividade, a taxa de retorno por um ano de estudo para pessoas com 10 ou menos anos de estudos e para aqueles com mais de 10 anos de estudo. Começando pelo setor agrícola, em 2013, entre os negros, para aqueles com escolaridade menor ou igual a 10 anos a taxa de retorno esperada por um ano de estudo foi da ordem de 4% e para aqueles com mais de 10 anos de escolaridade, 11%. Para os brancos situados na primeira faixa de escolaridade a taxa de retorno foi de 5,4% e para aqueles com mais de 10 anos de estudo foi de 7,15%. Para os negros ocupados no setor não agrícola, a taxa de retorno estimada por um ano de estudo foi 4,37% para indivíduos com 10 anos ou menos e 14% para aqueles com mais de 10 anos de estudo. Para os brancos ocupados neste setor as taxas de retorno da escolaridade para indivíduos com 10 anos ou menos e mais de 10 anos de estudo foram, respectivamente, 4,67% e 15,4%.

Considerando o grupo dos negros, a pessoa de referência do domicílio auferia, em média, cerca de 6,4% a mais, se ocupado no setor agrícola, e 6,5% a mais, se ocupado no setor não agrícola, em comparação com as demais pessoas do domicílio. Para os brancos ocupados nos setores agrícola e não agrícola, o rendimento médio da pessoa de referência foi, respectivamente, 2,4% e 13,2% maior do que o rendimento médio das demais pessoas do domicílio.

Em relação à localização do domicílio, em 2013, o rendimento médio de negros e brancos ocupados na agricultura e residentes em domicílios rurais foi, respectivamente, 10,1% e 12,2% menor do que o rendimento médio dos indivíduos dos respectivos grupos e residentes na área urbana. No que diz respeito às ocupações não agrícolas, negros e brancos residentes em áreas rurais receberam, em média, respectivamente, 12,7% e 13,4% a menos do que negros e brancos residentes em áreas urbanas.

O fato de as elasticidades do rendimento mensal em relação ao tempo semanal de trabalho serem menores do que 1, para ambos os grupos de cor e setores de atividade, indica que o prolongamento do tempo de trabalho é feito com prejuízo da produtividade.

Os coeficientes das variáveis associadas à posição na ocupação relevam que, em 2013, o rendimento médio dos negros ocupando a posição de trabalhador por conta própria e de empregador no setor agrícola foi, respectivamente, 28,7% e 101,5% maior do que o rendimento médio auferido por negros ocupando a posição de empregado (com ou sem carteira de trabalho assinada) na agricultura. Para brancos ocupados na agricultura não se verificou diferença entre o rendimento médio esperado de empregados e trabalhadores por conta própria. Já em relação ao empregado, os brancos ocupando a posição de empregador auferiram um rendimento médio 254,1% maior.

No setor não agrícola, para o grupo dos brancos, novamente não se verificou diferença entre o rendimento médio esperado para empregados e trabalhadores por conta própria, mas verificou-se que os empregadores receberam, em média, cerca de 80,4% a mais do que os empregados. Para o grupo dos negros, o rendimento médio dos trabalhadores por conta própria foi cerca de 8,5% maior do que o dos empregados. Os empregadores auferiram um rendimento médio 82,9% maior do que o rendimento médio dos empregados negros.

Nos dois setores de atividade, em todas as demais regiões, o rendimento auferido pelos indivíduos dos dois grupos de cor foi superior ao rendimento auferido pelos indivíduos do mesmo grupo no Nordeste. Quando se considera os indivíduos ocupados na agricultura, com a mesma cor e com iguais características, os negros que se encontravam no estado de São

Paulo e nas regiões Centro-Oeste e Sul, em 2013, receberam rendimentos, em média, 114,7%, 90,2% e 126,2% maiores do que aqueles auferidos pelos negros no Nordeste, respectivamente. Em comparação aos brancos ocupados na agricultura e residentes no Nordeste, a média geométrica dos rendimentos de todos os trabalhos dos brancos situados no estado de São Paulo e nas regiões Centro-Oeste e Sul e idênticos nas demais características controladas foram, respectivamente, 162,3%, 161,3% e 172,5% maiores, em 2013.

Quanto aos indivíduos ocupados no setor não agrícola, os negros que se encontravam no estado de São Paulo e nas regiões Centro-Oeste e Sul receberam, em média, 44,9%, 41% e 42% menos do que os negros ocupados na região Nordeste. A média geométrica do rendimento do trabalho de brancos residentes nas três regiões supracitadas foi, respectivamente, 42,2%, 36,8% e 43,8% maior do que o rendimento médio auferido pelos brancos residentes no Nordeste.

Comparando os resultados de 1995 com os resultados de 2013, nota-se que, enquanto no setor não agrícola observou-se, no geral, uma redução da diferença de rendimento médio entre o Nordeste e as demais regiões, no setor agrícola houve um aumento substancial dessa diferença.

4.4 A decomposição de Oaxaca-Blinder

Na tentativa de compreender as causas do diferencial de rendimento de entre brancos e negros nos setores agrícolas e não agrícola procedeu-se à decomposição do hiato salarial entre os dois grupos de cor, seguindo a metodologia de Oaxaca-Blinder.

A tabela 8 apresenta a evolução da diferença entre os logaritmos da média geométrica dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos (efeito total), no período 1995-2013,

segundo setor de atividade. A tabela também mostra, nos respectivos anos, quanto os negros ganham, em média, a menos do que os brancos.

Como já havíamos enfatizado, entre 1995 e 2013, no setor agrícola, não houve mudança significativa na magnitude do diferencial de rendimentos entre os dois grupos de cor. No setor agrícola o efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros ($-Y_N - Y_B$) passou de -0,547 em 1995 para -0,52 em 2013. Já no setor não agrícola, em termo absolutos, houve uma redução significativa do efeito total, que passou de -0,562 em 1995 para -0,38 em 2013. Enquanto no setor agrícola a média para os negros permanecem cerca de 40% abaixo da média para brancos, no setor agrícola essa diferença relativa caiu de 43% para perto de 32%.

A tabela 9 mostra que mais de 70% das diferenças de rendimentos entre brancos e negros observadas no setor agrícola, nos anos de 1995, 2003 e 2013, são explicadas por diferenças nas características individuais. Dos 40,6% que os negros receberam, em média, a menos do que os brancos em 2013, 76,56% são explicados por diferenças nas médias das características da mão-de-obra, permanecendo os 23,4% restantes “inexplicados”. Em 1995 e 2003, as participações relativas dos efeitos de médias e de parâmetros nos efeitos totais observados foram, nessa ordem, respectivamente, 70,56 e 29,44% e 75,73 e 24,27%.

Quanto ao setor não agrícola, dos 43% que os negros recebiam a menos do que os brancos em 1995, associados a uma diferença entre logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho de -0,562, 79,74% podem ser atribuídos a diferenças nas médias das características observadas da mão-de-obra, permanecendo

“inexplicados” cerca de 20% daquela diferença. Em 2003 e 2013 os efeitos totais da diferença de rendimentos entre brancos e negros ocupados no setor não agrícola foram, respectivamente, -0,521 e -0,38. As participações relativas dos efeitos de médias e de parâmetros nos efeitos totais observados foram, nessa ordem, 73,90 e 26,10% em 2003 e 71,58 e 27,42% em 2013.

É possível que uma parcela da diferença de rendimentos observada entre os grupos resulte de características pessoais não incluídas no modelo de regressão – como inteligência, ambição, riqueza da família –, mas que influem no rendimento pessoal. Assim, o componente do diferencial de rendimentos associado à diferença nos coeficientes estimados – o efeito de parâmetros – pode estar superestimado.

A despeito das diferenças nas magnitudes e nos comportamentos observados ao longo do tempo dos efeitos totais do diferencial de rendimentos entre brancos e negros, observou-se que em ambos os setores mais de 70% das diferenças observadas são explicadas pelos efeitos de médias, isto é, pelas diferenças nas médias das características observadas das mãos-de-obra. Nesse sentido, o passo seguinte da análise consiste em estimar a contribuição do efeito de médias de cada um dos fatores incluídos nas equações de rendimentos no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros na agricultura e no setor não agrícola.

A eq. (8) pode ser reescrita da seguinte forma:

$$\bar{Y}_N - \bar{Y}_B = \underbrace{\sum_{i=1}^k (\bar{X}_{Nk} - \bar{X}_{Bk}) b_k}_{\text{Efeito de médias}} + \underbrace{(b_{N_0} - b_{B_0}) + \sum_{i=1}^k \bar{X}_k (b_{Nk} - b_{Bk})}_{\text{Efeito de parâmetros}} \quad (9)$$

Ou seja, a contribuição total do efeito de médias no efeito total do diferencial de rendimentos é igual a soma das contribuições individuais de cada uma das k variáveis incluídas no modelo. Dessa forma, a contribuição relativa do efeito de médias de um determinado fator, ou conjunto de fatores, no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros pode ser estimada dividindo-se pelo efeito total da diferença de rendimentos, a soma das contribuições individuais dos efeitos de médias das variáveis associados a esse fator ou grupo de fatores. Os resultados encontram-se nas tabelas 11 e 12.

Observa-se que a diferença entre os níveis de escolaridade média e a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor são os fatores que mais contribuem para a geração do hiato de rendimentos entre negros e brancos, nos setores agrícola e não agrícola no Brasil. Contudo, constata-se que, enquanto no setor não agrícola a diferença de escolaridade é o fator que mais contribui para a geração do hiato de rendimento, na agricultura prepondera a desigual distribuição geográfica dos dois grupos de cor.

Os dados da tabela 11 mostram que no setor não agrícola, dos 43% que os negros recebiam a menos do que os brancos em 1995, 43,75% estavam associados à diferença de escolaridade média os dois grupos. Os efeitos de médias do fator escolaridade também explicam 45,4% e 44,9% das diferenças de rendimento

observadas em 2003 e 2013. A desigual distribuição geográfica dos grupos de cor explica, por sua vez, cerca de 25,3% da diferença de rendimento observada em 1995 e cerca de 20% das diferenças de rendimento entre brancos e negros observadas no setor agrícola em 2003 e 2013.

Na tabela 12 estão apresentados os resultados para o setor agrícola. Do efeito total observado em 1995 na agricultura, 19,42% decorreram da diferença entre os níveis de escolaridade dos dois grupos ao passo que 23,6% é atribuída à distribuição geográfica dos dois grupos. Das diferenças de rendimentos observadas em 2003 e 2013 no setor agrícola, as diferenças de escolaridade entre os dois grupos explicam um pouco mais de 16% do total. Por outro lado, a desigual distribuição regional explica 37,9% do diferencial observado em 2003 e 46,24% do diferencial observado em 2013.

Esse aumento substancial da contribuição do fator região no diferencial de rendimento entre negros e brancos na agricultura é explicado pelo aumento expressivo da diferença entre o rendimento médio pago nas demais regiões em comparação ao Nordeste. Como vimos, mais da metade dos indivíduos negros ocupados na agricultura concentram-se nessa região.

5. Conclusões

Embora em ambos os setores de atividade as desigualdades de rendimento observadas ainda sejam substanciais e inaceitáveis, no período analisado verificou-se um aumento de 11,4 pontos percentuais no rendimento relativos dos negros no setor não agrícola, que passou de 57%, em 1995, para 68,8% do rendimento médio auferido pelos brancos, em 2013. Já na agricultura, a tendência observada foi de persistência da desigualdade. De 1995 para 2013, o

rendimento médio auferido pelos negros no setor agrícola passou de 57,9% para 59,4% da média geométrica dos rendimentos dos brancos.

Os resultados da decomposição do efeito total do diferencial de rendimentos entre brancos e negros nos dois setores mostraram que mais de 70% das diferenças de rendimento observadas são explicadas por diferenças nas características observadas da mão de obra. Além do mais, constatou que, enquanto no setor não agrícola a diferença entre os níveis de escolaridade média é o principal determinante do diferencial de rendimentos entre negros e brancos, na agricultura o principal determinante da diferença de rendimentos entre os dois grupos de cor assenta-se na sua desigual distribuição geográfica.

Observou-se também que em ambos os setores uma parcela não desprezível do efeito total permaneceu “inexplicada”. Como já havíamos salientado, essa parcela, que denominamos “efeito de parâmetros”, é geralmente atribuída à discriminação racial no mercado de trabalho, contudo, é necessária cautela na sua interpretação.

Como ressalta Berndt (1991) ao analisar a interpretação dos termos da decomposição de Oaxaca-Blinder, a discriminação só estará medida com exatidão se a equação de regressão utilizada incluir, como variáveis explanatórias, todas as variáveis relevantes associadas com as capacidades produtivas da pessoa. Desnecessário dizer que é quase impossível dispor de um conjunto de dados que atenda a essa exigência, fazendo com que, na prática, os resultados da decomposição de Oaxaca-Blinder apenas indiquem valores aproximados para os componentes que gostaríamos de medir.

É muito provável que parcela substancial do efeito de parâmetros esteja associada a características pessoais, que não foi possível medir, e não a atitudes e

decisões discriminatórias dos brancos contemporâneos. Nesse sentido, conforme salientado por Zucchi e Hoffmann (2004), aquela parcela “inexplicada” na decomposição de Oaxaca-Blinder seria uma superestimativa da discriminação *stricto sensu*. Por outro lado, a ideia de discriminação pode incluir as consequências atuais da maneira como os negros participaram da sociedade brasileira ao longo de toda sua história. Neste caso, a menor dotação de recursos dos negros (escolaridade, experiência no mercado de trabalho etc.), em comparação com a dos brancos, também é resultado da discriminação (histórica), ou seja, considerar

apenas a parte “inexplicada” da decomposição de Oaxaca-Blinder constitui uma subestimação da discriminação.

Tabela 1 – Média geométrica e diferença entre os logaritmos da média geométrica dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos, segundo setor de atividade. Brasil, 1995-2003.

Ano	Setor agrícola			Setor não agrícola		
	Brancos	Negros	N/B	Brancos	Negros	N/B
1995	541,64	313,45	0,579	1080,57	615,93	0,570
1996	554,30	327,62	0,591	1120,60	638,01	0,569
1997	537,44	300,60	0,559	1124,64	639,58	0,569
1998	527,34	317,43	0,602	1124,26	639,15	0,569
1999	512,40	311,81	0,609	1053,06	608,92	0,578
2001	495,03	300,34	0,607	1029,49	604,64	0,587
2002	502,35	305,23	0,608	1003,42	601,20	0,599
2003	514,17	297,15	0,578	954,52	566,99	0,594
2004	519,80	313,37	0,603	950,40	584,98	0,616
2005	534,66	325,16	0,608	999,00	625,38	0,626
2006	567,48	341,09	0,601	1078,55	678,10	0,629
2007	619,44	370,97	0,599	1117,70	715,53	0,640
2008	647,73	398,09	0,615	1143,20	744,70	0,651
2009	661,79	394,27	0,596	1173,97	776,59	0,662
2011	724,92	434,29	0,599	1278,70	879,57	0,688
2012	780,42	456,46	0,585	1356,78	929,82	0,685
2013	822,79	488,96	0,594	1414,05	966,94	0,684

Fonte: PNADs 1995-2013.

Tabela 2 - Idade média, escolaridade média e número médio de horas semanais de trabalho de brancos e negros ocupados na agricultura. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
Idade	38,24	39,85	39,29	42,10	41,83	44,66
Escolaridade	1,65	3,33	2,53	4,01	4,10	5,70
Número de horas semanais trabalhadas	44,31	47,93	44,25	46,54	40,05	42,96

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela 3 - Idade média, escolaridade média e número médio de horas semanais de trabalho de brancos e negros ocupados no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
Idade	33,33	34,81	35,00	36,20	37,04	38,14
Escolaridade	5,65	7,90	7,11	9,30	8,84	10,67
Número de horas semanais trabalhadas	42,37	42,42	42,01	42,38	40,58	41,11

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela 4 - Distribuição dos indivíduos negros e brancos ocupados na agricultura, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>Sexo</i>						
Masculino	87,91	90,46	89,26	90,61	88,25	88,24
Feminino	12,09	9,54	10,74	9,39	11,75	11,76
<i>Condição na família</i>						
Pessoa de referência	68,83	73,97	70,84	76,59	67,37	69,64
Outra	31,17	26,03	29,16	23,41	32,63	30,36
<i>Região</i>						
Norte	3,98	1,23	4,80	1,72	6,54	2,04
Nordeste	61,36	22,76	61,83	26,23	50,87	21,98
MG+RJ+ES	16,09	21,10	15,49	17,72	19,22	21,48
São Paulo	4,70	15,57	4,37	15,38	6,69	13,53
Sul	5,40	31,81	5,44	31,45	7,14	32,39
Centro-Oeste	8,46	7,54	8,07	7,50	9,54	8,58
<i>Condição do domicílio</i>						
Rural	68,68	67,86	63,89	64,41	61,36	63,53
Urbano	31,32	32,14	36,11	35,59	38,64	36,47
<i>Posição da ocupação</i>						
Empregado	68,68	67,86	55,40	43,21	58,37	43,80
Conta própria	31,32	32,14	41,78	48,66	39,77	51,09
Empregador	2,48	8,70	2,81	8,13	1,86	5,11

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela 5 - Distribuição dos indivíduos negros e brancos ocupados no setor não agrícola, em categorias de diversas variáveis (%). Brasil, 1995, 2003, 2013.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>Sexo</i>						
Masculino	60,02	59,40	58,73	56,68	58,08	54,13
Feminino	39,98	40,60	41,27	43,32	41,92	45,87
<i>Condição na família</i>						
Pessoa de referência	50,52	51,10	52,13	50,60	49,66	46,94
Outra	49,48	48,90	47,87	49,40	50,34	53,06
<i>Região</i>						
Norte	7,98	2,37	9,73	2,84	9,28	3,24
Nordeste	36,77	10,79	34,25	11,52	31,40	12,90
MG+RJ+ES	24,35	22,94	23,84	21,67	23,73	19,57
São Paulo	16,24	34,62	16,29	33,73	18,49	32,18
Sul	5,94	23,42	6,10	24,11	7,44	25,36
Centro-Oeste	8,72	5,86	9,79	6,13	9,66	6,75
<i>Situação do domicílio</i>						
Rural	8,96	6,15	6,23	4,59	6,23	4,80
Urbano	91,04	93,85	93,77	95,41	93,77	95,20
<i>Posição da ocupação</i>						
Empregado	75,29	72,93	75,50	73,88	78,21	76,83
Conta própria	22,42	21,28	21,98	19,81	19,33	17,53
Empregador	2,29	5,78	2,51	6,31	2,46	5,64

Fonte: PNADs 1995, 2003, 2013.

Tabela - 6. Estimativas das equações de rendimentos para brancos e negros ocupados na agricultura. Brasil, 1995, 2003, 2013³⁸.

Variável	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>intercepto</i>	2,8657	3,4726	2,1341	2,7219	2,8860	3,7388
<i>sexo</i>	-0,2773	-0,2539	-0,3319	-0,2104	-0,2891	-0,1961
<i>idade</i>	0,2745	0,2635	0,2700	0,2518	0,1871	0,2922
<i>idade</i> ²	-0,0290	-0,0244	-0,0257	-0,0214	-0,0164	-0,0296
<i>esc1</i>	0,0472	0,0679	0,0435	0,0628	0,0398	0,0527
<i>esc2</i>	0,1510	0,0334	0,0959	0,0794	0,0653	0,0164
<i>ln(hotr)</i>	0,7021	0,5560	0,8289	0,7311	0,8227	0,6175
<i>condfam</i>	0,1625	0,2253	0,1488	0,2127	0,0617	0,1171
<i>região</i>						
Norte	0,3410	0,3517	0,3822	0,5432	0,4806	0,6721
MG+RJ+ES	0,1976	0,4175	0,2340	0,5027	0,5521	0,6578
São Paulo	0,5819	0,5542	0,6254	0,7784	0,7640	0,9667
Sul	0,2099	0,2843	0,3706	0,7078	0,6429	0,9607
Centro-Oeste	0,3407	0,4878	0,5408	0,7341	0,8165	1,0024
<i>sitdom</i>	-0,1016	-0,1963	-0,0298	-0,0422	-0,1067	-0,1306
<i>posocup</i>						
Conta própria	-0,0687	0,1675	-0,1953	0,0446	-0,3389	-0,0093
Empregador	1,1550	1,0649	0,7364	1,0974	0,7006	1,2645
R ²	0,3302	0,3986	0,3364	0,4438	0,3905	0,4120
Nº de observações	10250	7652	11044	6718	7187	4140

Fonte: elaboração do autor.

³⁸ Os valores em negritos denotam os coeficientes que não são estatisticamente diferentes de zero ao nível de 10% de significância. Todos os demais coeficientes são estatisticamente diferentes de zero ao nível de significância de 0,01%.

Tabela 7 - Estimativas das equações de rendimentos para brancos e negros ocupados no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Ano	1995		2003		2013	
	Negros	Branco	Negros	Branco	Negros	Branco
<i>intercepto</i>	2,6050	2,6418	2,2265	2,4822	3,1569	3,3688
<i>sexo</i>	-0,4183	-0,3746	-0,3710	-0,3398	-0,3502	-0,3311
<i>idade</i>	0,7971	0,7467	0,7864	0,6866	0,4937	0,4721
<i>idade</i> ²	-0,0865	-0,0775	-0,0809	-0,0663	-0,0485	-0,0438
<i>esc1</i>	0,0812	0,0950	0,0671	0,0768	0,0428	0,0456
<i>esc2</i>	0,0820	0,0506	0,0978	0,0826	0,0885	0,0975
<i>ln(hotr)</i>	0,5267	0,5343	0,5518	0,5435	0,6168	0,5815
<i>condfam</i>	0,1931	0,2312	0,1424	0,1637	0,0798	0,1063
<i>região</i>						
Norte	0,2528	0,2594	0,2221	0,2356	0,1862	0,1815
MG+RJ+ES	0,2434	0,2388	0,2546	0,2666	0,2626	0,2567
São Paulo	0,6383	0,5610	0,4741	0,4646	0,3708	0,3520
Sul	0,3320	0,3338	0,3049	0,3380	0,3438	0,3134
Centro-Oeste	0,3076	0,2979	0,3667	0,3606	0,3509	0,3632
<i>sitdom</i>	-0,1985	-0,1826	-0,1586	-0,1274	-0,1363	-0,1436
<i>posocup</i>						
Conta própria	0,0643	0,0790	-0,1643	-0,0812	-0,0893	-0,0153
Empregador	0,8300	0,6557	0,6228	0,5441	0,6037	0,5902
R ²	54,38	57,91	50,05	55,23	44,62	49,67
Nº de observações	47459	58404	60271	65551	71120	60864

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 8 – Diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos mensais de todos os trabalhos de negros e brancos, segundo setor de atividade e receptiva diferença relativa entre as médias geométricas dos rendimentos. Brasil, 1995-2003.

Ano	Efeitos totais ($-Y_N - Y_B$)		Diferença relativa entre as médias geométricas	
	Setor agrícola	Setor não agrícola	Setor agrícola	Setor não agrícola
1995	-0,5470	-0,5621	-0,4213	-0,4300
1996	-0,5259	-0,5633	-0,4090	-0,4307
1997	-0,5811	-0,5644	-0,4407	-0,4313
1998	-0,5076	-0,5647	-0,3981	-0,4315
1999	-0,4967	-0,5478	-0,3915	-0,4218
2001	-0,4997	-0,5322	-0,3933	-0,4127
2002	-0,4982	-0,5122	-0,3924	-0,4009
2003	-0,5483	-0,5209	-0,4221	-0,4060
2004	-0,5061	-0,4853	-0,3971	-0,3845
2005	-0,4973	-0,4684	-0,3918	-0,3740
2006	-0,5091	-0,4641	-0,3989	-0,3713
2007	-0,5127	-0,4460	-0,4011	-0,3598
2008	-0,4868	-0,4286	-0,3854	-0,3486
2009	-0,5179	-0,4132	-0,4042	-0,3385
2011	-0,5124	-0,3742	-0,4009	-0,3121
2012	-0,5363	-0,3779	-0,4151	-0,3147
2013	-0,5204	-0,3801	-0,4057	-0,3162

Fonte: PNADs 1995-2013.

Tabela 9 - Decomposição da diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho de negros e brancos na agricultura. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Ano	1995	2003	2013
Efeito total	-0,547 (100%)	-0,549 (100%)	-0,520 (100%)
Efeito de médias	-0,386 (70,56%)	-0,415 (75,73%)	-0,398 (76,56%)
Efeito de parâmetros	-0,161 (29,44%)	-0,133 (24,27%)	-0,122 (23,44%)

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 10 - Decomposição da diferença entre os logaritmos das médias geométricas dos rendimentos do trabalho de negros e brancos no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Ano	1995	2003	2013
Efeito total	-0,562 (100%)	-0,521 (100%)	-0,380 (100%)
Efeito de médias	-0,448 (79,74%)	-0,385 (73,90%)	-0,272 (71,58%)
Efeito de parâmetros	-0,114 (20,26%)	-0,136 (26,10%)	-0,108 (27,42%)

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 11 – Efeito de médias (EM) e contribuição do efeito de média (%) de cada fator no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros no setor não agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Fator	1995		2003		2013	
	E.M.	%	E.M.	%	E.M.	%
Sexo	0,0025	-0,44	0,0073	-1,40	0,0135	-3,54
Idade	-0,0304	5,41	-0,0214	4,11	-0,0117	3,09
Escolaridade	-0,2459	43,75	-0,2365	45,40	-0,1706	44,89
Log do nº de horas semanais trabalhadas	-0,0007	0,12	-0,0047	0,91	-0,0077	2,02
Condição na família	-0,0012	0,22	0,0023	-0,45	0,0025	-0,67
Região	-0,1420	25,26	-0,1050	20,16	-0,0761	20,02
Situação do domicílio	-0,0054	0,95	-0,0023	0,45	-0,0020	0,52
Posição na ocupação	-0,0252	4,48	-0,0248	4,76	-0,0199	5,24
Efeito de médias total	-0,4482	79,74	-0,3852	73,95	-0,2720	71,58

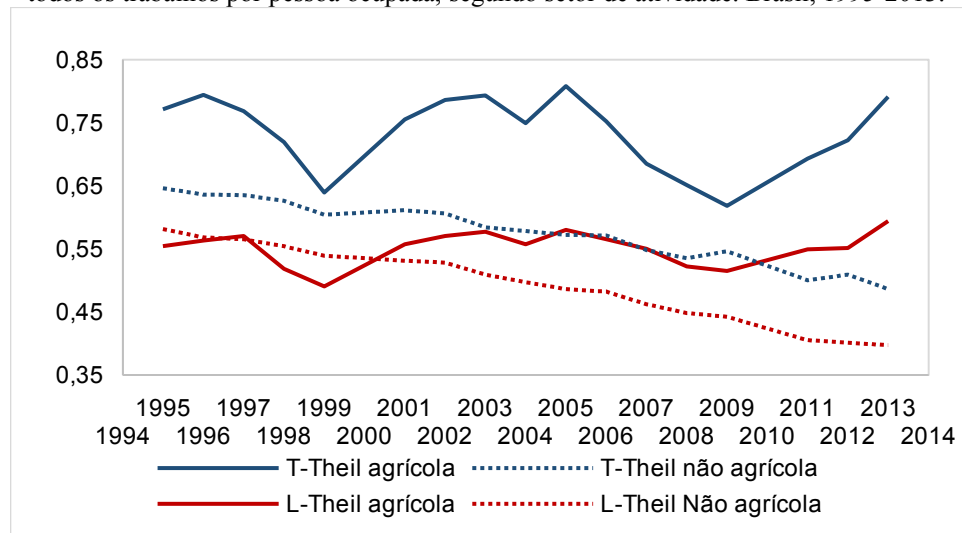
Fonte: elaboração do autor.

Tabela 12 – Efeito de médias (EM) e contribuição do efeito de média (%) de cada fator no efeito total da diferença de rendimentos entre brancos e negros no setor agrícola. Brasil, 1995, 2003, 2013.

Fator	1995		2003		2013	
	E.M.	%	E.M.	%	E.M.	%
Sexo	-0,0068	1,24	-0,0037	0,67	0,0000	0,00
Idade	-0,0125	2,28	-0,0215	3,92	-0,0101	1,94
Escolaridade	-0,1062	19,42	-0,0892	16,27	-0,0855	16,43
Log do nº de horas semanais trabalhadas	-0,0494	9,03	-0,0394	7,19	-0,0505	9,70
Condição na família	-0,0100	1,82	-0,0104	1,90	-0,0020	0,39
Região	-0,1290	23,59	-0,2079	37,90	-0,2407	46,24
Situação do domicílio	-0,0012	0,22	0,0002	-0,03	0,0026	-0,50
Posição na ocupação	-0,0708	12,94	-0,0435	7,93	-0,0122	2,35
Efeito de médias total	-0,3858	70,55	-0,4154	75,74	-0,3984	76,55

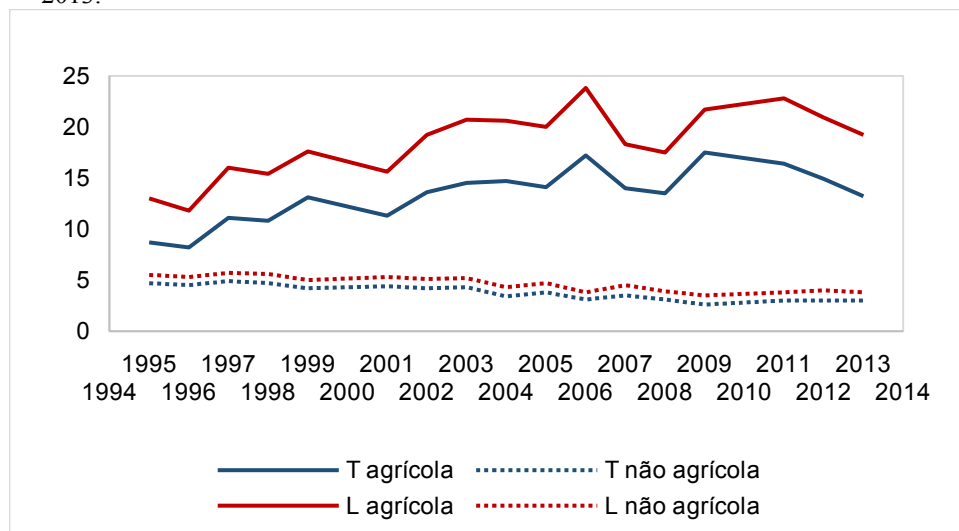
Fonte: elaboração do autor.

Figura 1 – Evolução dos índices T e L de Theil da distribuição dos rendimentos de todos os trabalhos por pessoa ocupada, segundo setor de atividade. Brasil, 1995-2013.



Fonte: PNADs 1995-2013.

Figura 2 – Participação percentual da desigualdade entre 6 regiões na desigualdade da distribuição do rendimento de todos os trabalhos por pessoa ocupada. Brasil, 1995-2013.



Fonte: PNADs 1995-2013.

Referências

- ANDREWS, G. R. 1992. Desigualdade racial no Brasil e nos EUA: uma comparação estatística. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.22, 1992, p. 47-83.
- BARROS, R. P. et al. Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil. **Texto para Discussão 249**, UFF, Niterói, 2009.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.2, 2007.
- BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v.1, 2006.
- BARROS, R. P. D.; MENDONÇA, R. S. P. Diferenças entre discriminação racial e por gênero e o desenho de políticas anti-discriminatórias. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, 1996.
- BERNDT, E. R. Analyzing determinants of wages and measuring discrimination: dummy variables in regression models. In: _____. **The practice of econometrics: classic and contemporary**. Addison-Wesley, 1991. cap. 5, p. 150-223.
- BLINDER, A. S. Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. **Journal of Human Resources**, v.8, 1973, p.436-455.
- CAMPANTE, F. R.; CRESPO, A. R. V. & LEITE, P. G. P. G. 2004. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia**, vol. 58, nº 2, 2004, p. 185-210.
- CORRÊA, A. J. **Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira**. Piracicaba: Editora Unimep, 1998.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Dominius, 1965.
- GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, v.47, n.1, 2004, p.9-43.
- HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- HASENBALG, C. A., SILVA, N. D. V. e LIMA, M., (Eds.). **Cor e estratificação social**. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 1999.
- HENRIQUES, R. 2001. Desigualdade racial no Brasil: a evolução das condições de vida na década de 90. **Texto para discussão 807**, IPEA, Brasília, 2001.
- HENRIQUES, R. **Raça e gênero no sistema de ensino: os limites das políticas universalistas na educação**. Brasília, UNESCO, 2002.
- HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. Unesp, São Paulo,

2006.

HOFFMANN, R.; NEY, M. Origem familiar e desigualdade de renda na agricultura. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.33, n.3, 2003, p. 541-572.

HOFFMANN, R.; OLIVEIRA, R.B. The evolution of income distribution in Brazil: different characteristics of the agricultural sector. *28th Triennial Conference of the International Association of Agricultural Economists*, Foz do Iguaçu. Disponível em <http://pur71.umn.edu/127673>.

HOFFMANN, R. Fatos relevantes sobre a distribuição da renda no Brasil. In: **52º Congresso da SOBER**, Goiânia, Painel 2, 2014.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008, p.49-68.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. 2002. **Desigualdades raciais no Brasil: um balanço da intervenção governamental**. IPEA, Brasília, 2002.

LOVELL, P. A. Raça e gênero no Brasil. **Lua nova**, 35, 1995, p. 39-71.

MENEZES-FILHO, N.; FERNANDES, R.; PICCHETTI, P. A evolução da distribuição de salários no Brasil: fatos estilizados para as décadas de 80 e 90. In: Henriques, R. (Org.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. cap. 8, p. 231-250.

OLIVEIRA, L. E. G. D.; PORCARO, R. M.; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economics Review**, v. 14. n. 3, 1973, p. 693-709.

OSÓRIO, R. G. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. 2009. 362 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OSÓRIO, R. G. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008, p.65-91.

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945.

ROCHA, S. A investigação da renda nas pesquisas domiciliares. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n.2 (21), 2003, p. 205-224.

SILVA, N. V. Diferenças Raciais de Rendimentos. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V.; LIMA, M. **Cor e estratificação racial**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p. 184-216.

_____. Cor e o processo de realização socioeconômica. In: HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V. (Eds.). **Estrutura social mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988. p.144-163.

_____. Cor e pobreza no centenário da abolição. In: HASENBALG, C. A. e SILVA, N. D. V. (Eds.). **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992, p.119-137.

_____. O preço da cor: diferenciais raciais na distribuição de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.10, n.1, 1980, p.21-44.

SOARES, S. S. D.; FONTOURA, N. D. O.; PINHEIRO, L. Tendências recentes na escolaridade e no rendimento de negros e de brancos. In: BARROS, R. P. D.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, v. II, 2007. Cap. 29, p. 401-415.

SOARES, S. A trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa dos negros no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008

SOARES, S. 2000. O perfil da discriminação no mercado de trabalho – homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. **Texto para discussão 769**, IPEA, Brasília, 2000.

ZUCCHI, J. D; HOFFMANN, R. 2004. Diferenças de renda associadas à cor: Brasil, 2001. **Pesquisa & Debate**, vol. 15, n.1, 2004, p. 107-129.

Recebido em 30/05/2015

Aprovado em 01/07/2015